



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº042/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº080/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº014/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº004/2024

TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À SAÚDE

OBJETO: O registro de preços para a seleção de empresas especializadas para futura e eventual aquisição de medicamentos ÉTICOS, GENÉRICOS e SIMILARES do CATÁLOGO CMED-ANVISA, os quais serão adquiridos em parcelas de acordo com as necessidades a serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Jaguaracú-Minas Gerais, nos termos das especificações constantes no Termo de Referência.

DIA/HORÁRIOS:

INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 26/11/2024 - Horas 08:00:00

TÉRMINO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 06/12/2024 - Horas 08:00:00

ABERTURA DA SESSÃO E ANÁLISE DE PROPOSTA: 06/12/2024 - Horas 08:05:00

MODO DE DISPUTA: ABERTO

EXCLUSIVO PARA ME/EPP: NÃO

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

Jaguaracú, 22 de novembro de 2024.

Maria Aparecida Gonçalves
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº042/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº080/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº014/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº004/2024

TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM

SECRETARIA MUNICIPAL DE ATENÇÃO À SAÚDE

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU-MINAS GERAIS**, com sede na Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaracú-MG, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e a Pregoeira, designada pela Portaria nº 030, de 06 de Junho de 2024, torna público, para conhecimento das empresas interessadas em participar do certame, o qual se realizará-se-á licitação, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO**, do **TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM**, conforme o objeto descrito neste edital e seus anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 735, de 08 de novembro de 2021 e a Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente processo de licitação: O registro de preços para a seleção de empresas especializadas para futura e eventual aquisição de medicamentos **ÉTICOS, GENÉRICOS e SIMILARES** do **CATÁLOGO CMED-ANVISA**, os quais serão adquiridos em parcelas de acordo com as necessidades a serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Jaguaracú-Minas Gerais, nos termos das especificações constantes no Termo de Referência.

1.2 - O critério de julgamento e classificação das propostas será o de **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM**, do Catálogo CMED-ANVISA sobre o preço de fábrica, observadas as especificações técnicas definidas neste edital e seus anexos.

1.3 - As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - As despesas com o objeto de que trata este ato convocatório correrão à conta da dotação orçamentária do orçamento vigente ou por outra dotação do mesmo programa para o orçamento vindouro: 02.07.02 - 10.303.0008.2087 - Manutenção Bloco Farmácia Básica - 33.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 504 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CREDENCIAMENTO DA LICITANTE

3.1 - Para participar do pregão, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

3.4 - A licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.

3.5 - A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídas as responsabilidades do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



CLÁUSULA QUARTA - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 - Poderão participar deste pregão as interessadas que estiverem previamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>.

4.2 - Para o objeto proposto neste edital o processo não é destinado exclusivamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº123/2006.

4.3 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art.16 da Lei Federal nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº123/2006.

4.4 - A participação nesta licitação importa à licitante na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário impedimento da licitante, no referido certame.

4.5 - Não cabe as licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento do item ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do Termo de Referência.

4.6 - Como requisito para participação no pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante no Termo de Referência.

4.7-Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

4.8 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.9 - Poderão participar deste pregão:

4.9.1 - Somente poderão participar deste pregão, via internet, as interessadas cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam previamente credenciadas, através do site: <https://licitanet.com.br/>.

4.9.2 - A participação no pregão se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

4.9.3 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste edital e seus anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo.

4.9.4 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo do Município de Jaguaracu-Minas Gerais, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. A licitante também é a única responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

4.9.5 - As licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.9.6 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site: <https://licitanet.com.br/>.

4.9.7 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva da licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

4.9.8 - O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou do Município de Jaguaracu-Minas Gerais, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

4.9.9 - A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

4.10 - Não poderão disputar esta licitação:

4.10.1 - Aquela que não atenda às condições deste edital e seus anexos.

4.10.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

4.10.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

4.10.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

4.10.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.10.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

4.10.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.10.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante.

4.10.9 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.12 - O impedimento de que trata o item 4.10.4 será também aplicado a licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

4.13 - A critério da administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.10.2 e 4.10.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.14 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.15 - O disposto nos itens 4.10.2 e 4.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.16 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.17 - A vedação de que trata o item 4.10.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA QUINTA - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, através do site <https://licitanet.com.br/>, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo PERCENTUAL DE DESCONTO vedada a identificação da titular da proposta, até o horário



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação.

5.1.1 - Em caso de identificação da titular da proposta registrada, esta será desclassificada pela Pregoeira.

5.1.2 - A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

5.1.3 - A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no portal e as especificações constantes do Termo de Referência, prevalecerão às últimas.

5.1.4 - Na proposta de preços registrada no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

5.2 - No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1 - Cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

5.2.2 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento às normas de direitos.

5.2.3 - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

5.2.4 - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

5.2.5 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

5.3 - A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4 - A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.4.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”, impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.4.2 - No item em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não”, apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/ 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.5 - A falsidade da declaração de que trata os itens 5.2 ao 5.4 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste edital.

5.6 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7 - Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema.

5.8 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9 - A proposta da licitante melhor classificada somente serão disponibilizadas para avaliação da Pregoeira para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.10 - A licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA INICIAL

6.1 - A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 - Apresentar o percentual de desconto para cada item.

6.1.2 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2 - A proposta de preços inicial deverá ser informada no sistema eletrônico, preenchida em percentual, utilizando números inteiros e 2 (duas) casas decimais depois da vírgula, de acordo com o ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL.

6.3 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante.

6.4 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto do edital.

6.5 - Os percentuais ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 - As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, dentro do período em que o sistema esteja aberto para o recebimento de proposta.

6.7 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo a proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

6.8 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - No horário estabelecido neste edital, a Pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema eletrônico, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas na Cláusula Sexta deste edital.

7.1.1 - A Pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.2 - Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, a Pregoeira obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então desclassificará.

7.3 - A licitante que encaminhar o percentual inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

7.4 - As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inserida no sistema, até a etapa de abertura da sessão pública.

7.5 - Será desclassificada a proposta que identifique a licitante.

7.6 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todas as participantes.

7.7 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.8 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

7.9 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e as licitantes, bem como as mensagens automáticas enviadas pelo próprio sistema.

7.10 - Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.10.1 - O lance deverá ser ofertado pelo Maior Percentual de Desconto Por Item.

7.10.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

7.10.3 - A licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.10.4 - O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser o apresentando pelas licitantes.

7.11 - O procedimento seguirá de acordo com o MODO DE DISPUTA “ABERTO”.

7.11.1 - No pregão eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO”, as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.2 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.3 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.4 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.11.5 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a Pregoeira, assessorado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do maior percentual de desconto.

7.11.6 - Serão aceitos somente lances em percentual como por Exemplo: 99,00%, com no máximo 2 (duas) casas decimais depois da vírgula, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, a Pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização do percentual arredondando-os PARA MAIS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

7.12 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.12.1 - Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do maior percentual do lance registrado, vedada a identificação da licitante.

7.13 - No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível as licitantes para a recepção dos lances.

7.14 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a 10(dez) minutos a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.15- Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16 - Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada para o fim de aplicar-se o disposto nos arts.44 e 45 da Lei Complementar nº123/2006.

7.16.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em percentual superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

7.16.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.16.4 - Não se aplicará o desempate de que tratam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando a primeira colocada também tiver se declarado microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.16.5 - Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

7.16.5.1 - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.16.5.2 - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.16.5.3 - desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.16.5.4 - desenvolvimento pela licitante de programa de integridade (*compliance*), conforme orientações dos órgãos de controle.

7.16.6 - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.16.6.1 - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.16.6.1.1 - empresas brasileiras;

7.16.6.1.2 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.16.6.1.3 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.17 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira realizará a negociação com a primeira colocada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.17.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.17.2 - O resultado da negociação será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.18 - A Pregoeira solicitará a licitante mais bem classificada que, no prazo de 2 (duas) horas podendo ser prorrogado por igual prazo, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, em campo próprio do sistema, acompanhada dos documentos de habilitação, bem como os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados.

7.19 - É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes de findo o prazo.

CLÁUSULA OITAVA - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do percentual em relação ao mínimo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.

8.2 - Será desclassificada a proposta ou o lance da vencedora, que apresentar percentual final inferior ao percentual mínimo fixado, ou que apresentar percentual manifestamente inexequível.

8.3 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 - Qualquer interessada poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

8.5- Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6 - A Pregoeira poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02(duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada da licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

8.8 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9 - Se a proposta ou lance da vencedora for desclassificada, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10 - Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11 - A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta a licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de maior percentual de desconto, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste edital.

8.12 - Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com a licitante para que seja obtido percentual de desconto maior.

8.13 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.14 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.15 - Na hipótese de não haver vencedora para a cota reservada ME/EPP, esta poderá ser adjudicada a vencedora da cota principal ou, diante de sua recusa, as licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço da primeira colocada da cota principal.

8.16 - Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo maior desconto.

8.17 - Será dada a prioridade de aquisição aos produtos ou serviços das cotas reservadas quando forem homologadas as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração.

8.18 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste edital.

CLÁUSULA NONA - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Encerrada a etapa de negociação e aceitação, a Pregoeira verificará se a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta no seguinte cadastro:

9.1.1 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

9.2 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3 - Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar enquadre-se no tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira obedecerá ao disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.4 - Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade da licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos da licitante melhor classificada para fins de habilitação e qualificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

9.4.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.4.1.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.4.1.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.4.1.3 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.4.1.4 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4.1.5 - Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível;

9.4.1.6 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda.

9.4.2 - REGULARIDADE FISCAL

9.4.2.1 - Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à dívida ativa da união administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta);

9.4.2.2 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

9.4.2.3 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

9.4.2.4 - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal.

9.4.3 - REGULARIDADE TRABALHISTA

9.4.3.1 - Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) mediante apresentação de certidão expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011.

9.4.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.4.4.1 - Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (licitante), emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação, porém não há óbice que a empresa em recuperação judicial participe do certame desde que comprove a capacidade econômica e financeira para execução do objeto.

9.4.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.4.5.1 - Comprovante de Alvará de Funcionamento onde tem o seu estabelecimento, para exercer atividades de comercialização, quando este for o seu ramo de atividade;

9.4.5.2 - Comprovante de Alvará Sanitário onde tem o seu estabelecimento, para exercer atividades de comercialização de produtos farmacêuticos.

9.5 - Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos eles serão considerados válidos se emitidos em até 180 (cento e oitenta) dias, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ.

9.6 - A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

9.7 - Se a licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.8 - A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela Pregoeira.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS

10.1 - A interposição de recurso contra a decisão proferida pela Pregoeira observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

10.2 - O prazo para apresentação das razões recursais é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada as demais licitantes, as quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a declaração da vencedora, sob pena de preclusão.

10.4 - O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, podendo a Pregoeira dar provimento ou negar o mesmo.

10.5 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema eletrônico.

10.6 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.7 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2 - Quando houver erro na aceitação do percentual melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2 - Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

11.3 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 - A Formação do Cadastro de Reserva será concedida às licitantes participantes no processo, classificadas a partir da segunda colocada, após encerramento da fase recursal, onde a Pregoeira solicitará que no prazo de 1:00(uma) hora, manifeste interesse em campo próprio do sistema.

12.2 - A licitante que manifestar interesse e se cadastrar no Cadastro de Reserva, será incluída na ATA após a homologação da licitação, na forma de anexo, o registro:

12.2.1 - Das licitantes que aceitarem cotar o objeto com o percentual igual ao da adjudicatária, observada a classificação na licitação; e

12.2.2 - Das licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes ou fornecedores registrados na ATA.

12.3.1 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação a licitante mais bem classificada.

12.3.2 - Para fins da ordem de classificação, as licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com o percentual igual ao da adjudicatária antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.4 - A habilitação das licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação das licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.4.1 - Quando a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.4.2 - Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.5 - Na hipótese de nenhuma das licitantes que aceitaram cotar o objeto com o percentual igual ao da adjudicatária concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

pela primeira classificada, a Administração, observados o percentual estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.5.1 - Convocar as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de percentual melhor, mesmo que baixo do percentual da adjudicatária; ou

12.5.2 - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - Divulgado o resultado final da licitação, na ausência de recurso ou após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados da sessão do pregão, o processo será encaminhado para adjudicação e homologação pela autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - Após a homologação, a adjudicatária será convocada para no prazo de 05 (cinco) dias úteis assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

14.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo pela licitante.

14.3 - Na hipótese de a vencedora da licitação se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, outra licitante será convocada, respeitado a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preço, sem prejuízo da aplicação das sanções.

14.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.5 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

14.6 - Na hipótese da licitante vencedora convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes do **CADASTRO DE RESERVA**, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pela primeira classificada.

14.7 - Qualquer entendimento relevante entre a contratante e a contratada será formalizado por escrito e integrará o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

15.1 - Compete ao Contratante:

15.1.1 - Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

15.1.2 - Tomar as medidas necessárias quanto ao fiel cumprimento das obrigações contratadas, nos termos do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA/CONTRATADA

16.1 - Compete à Contratada:

16.1.1 - Efetuar a entrega do objeto contratado, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações do Termo de Referência.

16.1.2 - Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até cumprimento total dos instrumentos pactuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO PRAZO

17.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será 12 (doze) meses, a partir de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaracú - Minas Gerais, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal, nos termos previstos no artigo 84 da Lei Federal nº14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

17.2 - O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO REAJUSTE

18.1 - O preço proposto será o apresentando através do Catálogo CMED-ANVISA, no dia do pedido da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento na Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracú.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO

19.1 - O objeto desta licitação deverá ser entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento emitida pela Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, nas condições estipuladas neste edital e seus anexos.

19.2 - O recebimento dos medicamentos será coordenado pela Secretaria Municipal de Atenção à Saúde ou por servidor responsável, que poderão solicitar junto ao fornecedor a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega, ou até mesmo substituí-la, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir do recebimento e da comunicação formal desta administração.

19.3 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto do contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

19.4 - A entrega dos medicamentos deverá ser feita na Unidade Básica de Saúde - Sede, localizada na Rua Governador Valadares, nº 491, Bairro: Centro, na cidade de Jaguaracú - Minas Gerais, CEP 35.188-000, das 08h às 11h e das 12h às 16h, em dias úteis, por se tratar de repartição pública. Após esse horário, o responsável pela unidade recebedora deverá ser consultado para autorizar o recebimento ou não.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO PAGAMENTO

20.1 - O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente após liquidação da entrega dos medicamentos através de boleto bancário apresentado pela licitante vencedora, após apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento da Secretaria Municipal de Atenção à Saúde.

20.2 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

20.3 - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa da contratada, o prazo previsto no item 20.1 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

20.4 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1- Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame.

21.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

21.2.1 - Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

21.2.2 - Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

21.2.3 - Injustificadamente, pedir para ser desclassificada quando encerrada a etapa competitiva.

21.2.4 - Não celebrar a ata/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

21.2.5 - Recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata/contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

21.2.6 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

21.2.7 - Fraudar a licitação.

21.2.8 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.2.8.1 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

21.2.8.2 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento.

21.2.8.3 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

21.2.8.4 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

21.3 - Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.3.1 - Advertência.

21.3.2 - Multa.

21.3.3 - Impedimento de licitar e contratar.

21.3.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.4 - Na aplicação das sanções serão considerados os elementos previstos no art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, bem como a sanção de multa aplicada em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta, respeitarão o devido processo legal, obedecerão ao prazo de defesa previsto nos arts. 156 e seguintes, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.6 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital ou solicitar esclarecimentos, devendo protocolar o pedido no prazo de até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

22.2 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.3 - A impugnação ao edital e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados na forma eletrônica, através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br/processos.html>.

22.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 - Será divulgada Ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

23.3 - Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

23.7 - As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10 - Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

23.11 - O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico através do site <https://licitanet.com.br/>.

23.12- As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas as proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaracú - Minas Gerais.

23.13- Fica eleito o Foro da Comarca de Timóteo - Minas Gerais, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

23.14- Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Modelo da Proposta Comercial;

Anexo III - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo IV - Minuta do Contrato.

Jaguaracú, 22 de novembro de 2024.

Maria Aparecida Gonçalves
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - O presente Termo de Referência foi precedido e atende plenamente aos ditames da Lei Federal nº14.133/2021 e outras leis vigentes e pertinentes ao objeto a ser contratado.

2 - REQUISITANTE

2.1 - **Órgão Interessado:** Prefeitura Municipal de Jaguaracú-MG

2.2 - **Área Interessada:** Secretaria Municipal de Atenção à Saúde

2.3 - **Endereço:** Rua Governador Valadares, nº 491, Centro, Jaguaracú-MG

3 - DO OBJETO

3.1 - Constitui objeto do presente termo: O registro de preços para a seleção de empresas especializadas para futura e eventual aquisição de medicamentos ÉTICOS, GENÉRICOS e SIMILARES do CATÁLOGO CMED-ANVISA, os quais serão adquiridos em parcelas de acordo com as necessidades a serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Jaguaracú-Minas Gerais, nos termos das especificações constantes neste Termo de Referência.

3.2 - Percentual mínimo estabelecido pelo município para os medicamentos Catálogo CMED-ANVISA: Éticos: Lance mínimo 1,00%, Genéricos: Lance mínimo 12,00% e Similares: Lance mínimo 18,00%.

3.3 - MODALIDADE/ESPECIFICAÇÕES DO CATÁLOGO CMED-ANVISA E ESTIMATIVA:

ITEM	MODALIDADE	VALOR ESTIMATIVO PREVISTO R\$
1	Éticos do Catálogo CMED-ANVISA	40.000,00
ITEM	MODALIDADE	VALOR ESTIMATIVO PREVISTO R\$
2	Genéricos do Catálogo CMED-ANVISA	10.000,00
ITEM	MODALIDADE	VALOR ESTIMATIVO PREVISTO R\$
3	Similares do Catálogo CMED-ANVISA	10.000,00

4 - DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Justifica-se o processo de licitação de registro de preços para a seleção de empresas para apresentar proposta para fornecimento de medicamentos para serem utilizados no fornecimento aos pacientes e usuários dos produtos farmacêuticos, a serem distribuídos segundo o controle realizados pelas farmácias das Unidades Básicas de Saúde do Município de Jaguaracú. A aquisição dos medicamentos são necessários e de grande utilidade em virtude da necessidade de sua aquisição, que têm por finalidade atender as necessidades do município para suprir os medicamentos que são necessários para as Unidades Básicas de Saúde, para determinar um bom desempenho no decorrer diário dos trabalhos a serem prestados no serviço de atenção à saúde ofertado pelo município, que proporcionará maior produtividade nos trabalhos da saúde e complementar com a oferta dos produtos que hoje encontra-se escassos e com preços bastantes elevados, mas trata-se de produtos que são realmente de extrema necessidade para manter a garantia e a segurança à saúde para estabelecer e assegurar aos destinatários que são os usuários que tem como objetivo o bem-estar e a justiça social. Nessa perspectiva, a Constituição Federal de 1988, constitui como direitos sociais fundamentais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção em caráter geral, o qual reconhece a saúde o direito a todos e o dever dos órgãos públicos de proporcionar a garantia ao fornecimento dos medicamentos, estabelecido nas políticas públicas e sociais o direito à saúde visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Desta forma, o direito à saúde, por estar intimamente atrelado ao direito à vida, manifesta a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, assim sendo, como pontos relevantes à condição de saúde da população, onde os produtos adquiridos serão para garantia da prevenção e recuperação da saúde da população adstrita, torna-se imprescindível a abertura do processo licitatório para as aquisições dos medicamentos que são de alta necessidade para a recomposição dos produtos que são necessários e indispensáveis ao funcionamento normal para o atendimento aos usuários destes medicamentos, os quais obrigatoriamente serão oferecidos gratuitamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

4.2 - A justificativa para a realização de um processo com a finalidade de elaboração de Registro de Preços para seleção de empresas especializadas decorrente da presente licitação, tem como fundamento legal o fato de que o órgão gerenciador é o único contratante, nos termos do parágrafo Primeiro do artigo 86 da Lei Federal nº14.133/21, que estabelece o seguinte: “O procedimento previsto no **caput** deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante”. Por este motivo e razões de ser o órgão gerenciador o único contratante realizou o processo de licitação levando-se em consideração que os quantitativos contidos no Termo de Referência foram projetados para atender unicamente a demanda prevista no município, não existindo portanto, a possibilidade e disponibilidade para atender a outros órgão ou entidades.

5 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 - O critério de julgamento e classificação das propostas será o de MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM, sobre os medicamentos do Catálogo CMED/ANVISA.

5.2 - Os medicamentos objeto deste termo de referência deverão estar de conformidade com as exigências da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária, devidamente reconhecidos pelo mercado, e, com validade nunca inferior a 12 (doze) meses.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - As despesas com o objeto de que trata este termo correrão à conta da dotação orçamentária do orçamento vigente ou por outra dotação do mesmo programa para o orçamento vindouro: 02.07.02 - 10.303.0008.2087 - Manutenção Bloco Farmácia Básica - 33.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 504 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

7 - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

7.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será 12 (doze) meses, a partir de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaracu - Minas Gerais, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal, nos termos previstos no artigo 84 da Lei Federal nº14.133/2021.

7.2 - O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

8 - DO REAJUSTE

8.1 - O preço proposto será o apresentando através do Catálogo CMED-ANVISA, no dia do pedido da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento na Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracu.

9 - DA GARANTIA E ACEITAÇÃO DO PRODUTO

9.1 - A contratada deverá garantir a qualidade dos medicamentos a serem fornecidos, devendo ser estritamente observado os prazos de validade dos mesmos, sendo que o prazo de validade não pode ser inferior a 01 (um) ano, devendo ainda, quando solicitado, substituir prontamente o produto que porventura não atenda aos requisitos deste termo de referência, providenciando, os que encontram em falta em seu estabelecimento, sob pena das sanções cabíveis.

9.2 - Os medicamentos serão aceitos, após verificação pelo servidor da municipalidade, se foi cumprida todas as exigências de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência.

9.3 - No recebimento e aceitação dos medicamentos, serão observadas, as disposições contidas neste edital, e no que couber, o inciso II, alíneas “a” e “b” do artigo 140 da Lei Federal nº14.133/2021.

10 - DA ENTREGA

10.1 - A entrega dos medicamentos deverá ser no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento emitida pela Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracu, nas condições estipuladas neste termo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

11- DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1 - O gestor do contrato será o Secretário Municipal de Atenção à Saúde, auxiliado por servidor devidamente nomeado pela Administração para realizar a fiscalização, o qual deverá registrar a entrega dos medicamentos, conferindo as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará a nota fiscal, para fins de pagamento.

12 - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

12.1 - O Município obriga-se a:

12.1.1 - Emissão da nota de empenho a favor da contratada.

12.1.2 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no ajuste entre as partes.

12.1.3 - Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega dos medicamentos seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência e NAF-Nota de Autorização de Fornecimento.

12.1.4 - Notificar, por escrito, a contratada quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento dos medicamentos.

12.1.5 - Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento, bem como atestar o documento fiscal referente a entrega efetiva dos medicamentos.

12.1.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

12.1.7 - Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

12.1.8 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega efetiva dos medicamentos.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 - A licitante vencedora obriga-se a:

13.1.1 - Entregar os medicamentos no prazo determinado, no lugar indicado e dentro das especificações contidas neste Termo de Referência, em obediência às normas fiscalizadoras pela Anvisa.

13.1.2 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

13.1.3 - Substituir, sem ônus adicionais e no prazo máximo de 5(cinco) dias, contados a partir do recebimento e da comunicação formal desta Administração, os medicamentos recusados.

13.1.4 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo contratante na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

13.1.5 - Notificar o contratante, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento contratado.

13.1.6 - O medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela (ANVISA), e, com validade nunca inferior a 12 (doze) meses.

13.1.7 - Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até cumprimento total dos instrumentos pactuados.

14 - DO PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente após liquidação da entrega dos medicamentos através de boleto bancário apresentado pela licitante vencedora, após apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo responsável pelo recebimento da Secretaria Municipal de Atenção à Saúde.

14.2 - As licitantes vencedoras do certame enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, optantes pelo simples nacional, deverão informar no momento da emissão da



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

Nota Fiscal a seguinte informação: Contribuinte enquadrado como Simples Nacional está desobrigado da retenção de IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte, nos termos do artigo 4, inciso XI da Instrução Normativa da RFB nº1234/2012 e Decreto Municipal nº836/2023.

14.3 - As licitantes vencedoras do certame não enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, não optantes pelo simples nacional, deverão informar no momento da emissão da Nota Fiscal a retenção de IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte, nos termos do Anexo I do Decreto Municipal nº836/2023.

14.4 - É vedado ao fornecedor transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes dos medicamentos fornecidos.

15 - DAS SANÇÕES

15.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a Contratada, às penalidades previstas no artigo 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16 - DA EXTINÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

16.1- A extinção do instrumento contratual será nos termos do artigo 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17 - DA HABILITAÇÃO

17.1 - Para habilitação da licitante de MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM será realizado primeiramente Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (TCU) (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

17.1.1 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

17.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

17.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

17.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

17.2.3 -Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

17.2.4 - Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

17.2.5 - Autorização para o exercício da atividade a ser contratada, quando cabível;

17.2.6 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda.

17.3 - REGULARIDADE FISCAL

17.3.1 - Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união, encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à dívida ativa da união administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta);

17.3.2 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

17.3.3 - Certidão negativa de débito tributário junto a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

17.3.4 - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRF), expedido pela Caixa Econômica Federal.

17.4 - REGULARIDADE TRABALHISTA

17.4.1 - Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho (CNDT) mediante apresentação de certidão expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com a Lei Federal 12.440/2011.

17.5 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

17.5.1 - Certidão negativa em matéria falimentar, concordatária e de recuperação judicial e



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACÚ

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (licitante), emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação, porém não há óbice que a empresa em recuperação judicial participe do certame desde que comprove a capacidade econômica e financeira para execução do objeto.

17.6 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.6.1 - Comprovante de Alvará de Funcionamento onde tem o seu estabelecimento, para exercer atividades de comercialização, quando este for o seu ramo de atividade.

17.6.2 - Comprovante de Alvará Sanitário onde tem o seu estabelecimento, para exercer atividades de comercialização de produtos farmacêuticos.

18 - DEMAIS DESPESAS

18.1 - Todas as demais despesas, diretas ou indiretas, frete, taxas e impostos ou quaisquer outras que porventura incidam sobre o objeto deste pregão, correrão por conta da Contratada, sem direito a qualquer tipo de ressarcimento por parte do Município.

Jaguaracú, 22 de novembro de 2024.

Gelcimar Galdino Inácio
Secretaria Municipal de Atenção à Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº080/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº014/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº004/2024

À

Prefeitura Municipal de Jaguaracú

A/C: Sra. Pregoeira

A empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº _____, com sede _____, telefone: _____, e-mail: _____, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe a esse Município o objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições: O registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos ÉTICOS, GENÉRICOS e SIMILARES do CATÁLOGO CMED-ANVISA, os quais serão adquiridos em parcelas de acordo com as necessidades a serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Jaguaracú-Minas Gerais, nos termos das especificações constantes no Termo de Referência.

A proposta de preços será apresentada tendo como base o maior desconto em percentual por item sobre os medicamentos da lista do Catálogo CMED/ANVISA a seguir:

01 - ÉTICOS.....	Percentual
02 - GENÉRICOS.....	Percentual
03 - SIMILARES.....	Percentual

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

O pagamento será realizado através de boleto bancário.

(Nome do município), _____ de _____ de 2024.

Nome do Representante legal do proponente

Assinatura

Carimbo do CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº080/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº014/2024

REGISTRO DE PREÇOS Nº004/2024

O MUNICÍPIO DE JAGUARAÇU - MINAS GERAIS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaracu - Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.816.522/0001-04, representado pelo seu Prefeito Municipal senhor Márcio Lima de Paula, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº038.460.956-21, doravante denominado CONTRATANTE, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS apresentados pela empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, brasileiro(a), casado(a), documento de Identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física sob o nº _____, doravante denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, celebram entre as partes acima qualificadas, é firmada e ajustada, a contratação dos bens enunciados em conformidade com o Processo Licitatório nº080/2024, sob a Modalidade: Pregão Eletrônico nº014/2024, do Tipo: Menor Preço Por Item, homologado em ____ de _____ de 2024, mediante o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO

1.1 - Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, o Processo Licitatório nº080/2024, sob a Modalidade: Pregão Eletrônico nº014/2024, seus anexos, a proposta da Detentora da Ata de Registro de Preços, e todos os demais documentos referentes ao processo, que não contrariem o disposto neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - Constitui o objeto do presente instrumento: O registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos ÉTICOS, GENÉRICOS e SIMILARES do CATÁLOGO CMED-ANVISA, os quais serão adquiridos em parcelas de acordo com as necessidades a serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Jaguaracu-Minas Gerais, nos termos das especificações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PERCENTUAL, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO

3.1 - Os percentuais registrados, as especificações do objeto, a quantidade de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA:		
ITEM	MODALIDADE	PERCENTUAL DE DESCONTO %
1	Éticos do Catálogo CMED-ANVISA	40.000,00
ITEM	MODALIDADE	PERCENTUAL DE DESCONTO %
2	Genéricos do Catálogo CMED-ANVISA	10.000,00
ITEM	MODALIDADE	PERCENTUAL DE DESCONTO %
3	Similares do Catálogo CMED-ANVISA	10.000,00

3.2 - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

4.1 - O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços será a Secretaria Municipal de Atenção à Saúde.

4.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

CLÁUSULA QUINTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - Não será admitida adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no Termo de Referência.

5.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será 12 (doze) meses, a partir de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaracú - Minas Gerais, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal, nos termos previstos no artigo 84 da Lei Federal nº14.133/2021.

6.1.1 - O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.2 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2 - A contratação com os fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021.

6.2.1 - O instrumento contratual de que trata o item 6.2 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

6.3 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4 - Após a homologação da licitação, deverá ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:

6.4.1 - Serão registrados na ata os percentuais e os quantitativos da adjudicatária;

6.4.2 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro das licitantes ou dos fornecedores que:

6.4.2.1 - Aceitarem cotar os medicamentos com percentuais iguais aos da adjudicatária, observada a classificação da licitação; e

6.4.2.2 - Mantiverem sua proposta original.

6.4.3 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.5 - O registro a que se refere o item 6.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.6 - Para fins da ordem de classificação, as licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o percentual da adjudicatária antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.7 - A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação das licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.7.1 - Quando a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

6.7.2 - Quando houver o cancelamento do registro da licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na Cláusula Décima.

6.8 - O preço registrado com indicação das licitantes e fornecedores será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Jaguaracú-Minas Gerais e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.9 - Após a homologação da licitação, a licitante mais bem classificada ou o fornecedor, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

6.9.1 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

6.10 - A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

6.11 - Quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital, e observada o disposto no item 6.7, observando o item 6.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pela primeira classificada.

6.12 - Na hipótese de nenhuma das licitantes que trata o item 7.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

6.12.1 - Convocar para negociação as demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária; ou

6.12.2 - Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

6.13 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos medicamentos registrados, nas seguintes situações:

7.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº14.133/2021;

7.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3 - Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº14.133/2021.

7.1.3.1 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessada, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará as licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

8.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº14.133/2021.

8.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº14.133/2021, e na legislação aplicável.

8.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.7.

8.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 10.5, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

9.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Atas de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos municipais.

9.2 - O órgão ou entidade gerenciadora que estimou quantidades que pretende contratar será considerado também participante para efeito de remanejamento.

9.3 - Para efeito do disposto no subitem 8.1, caberá ao Contratante autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que vier a sofrer redução dos quantitativos informados

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA DETENTORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1 - O registro da Detentora será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

10.1.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

10.1.2 - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

10.1.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, caso seja superior àqueles praticados no mercado.

10.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº14.133/2021.

10.1.4.1 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

10.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar as licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4 - O cancelamento da Ata de Registro de Preços poderá ocorrer, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados:

10.4.1 - Por razão de interesse público;

10.4.2 - Cancelamento de todos os preços registrador; ou

10.4.3- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

10.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

10.5.1 - Por razão de interesse público;

10.5.2- A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

10.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

11.1 - DO CONTRATANTE

11.1.1 - Emissão da nota de empenho a favor da contratada.

11.1.2 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no ajuste entre as partes.

11.1.3 - Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega dos medicamentos, seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência e NAF-Nota de Autorização de Fornecimento.

11.1.4 - Notificar, por escrito, a Detentora quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento dos medicamentos.

11.1.5 - Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento, bem como atestar o documento fiscal referente a entrega efetiva dos medicamentos.

11.1.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Detentora.

11.1.7 - Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

11.1.8 - Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega efetiva dos medicamentos.

11.2 - DA DETENTORA

11.2.1 - Entregar os medicamentos no prazo determinado, no lugar indicado e dentro das especificações contidas no Termo de Referência, em obediência às normas fiscalizadoras pela Anvisa.

11.2.2 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

11.2.3 - Substituir, sem ônus adicionais e no prazo máximo de 5(cinco) dias, contados a partir do recebimento e da comunicação formal desta administração, os medicamentos recusados.

11.2.4 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo contratante na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

11.2.5 - Notificar o contratante, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embarçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento contratado.

11.2.6 - O medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela (ANVISA), e, com validade nunca inferior a 12 (doze) meses.

11.2.7 - Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

11.2.8-Responderá a Detentora, em relação a terceiros pelos danos que resultem de sua imperícia ou negligência e pela culpa de seus empregados, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade, bem como é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais da execução da Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ENTREGA

12.1 - A entrega dos medicamentos deverá ser no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento emitida pela Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracú, nas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

13.1.1 - A Detentora emitirá, no prazo estipulado na proposta, documento fiscal de cobrança, acompanhado de boleto bancário, que será encaminhado à Prefeitura Municipal de Jaguaracú.

13.1.2 - O pagamento será efetuado no prazo e condições, em moeda corrente do país, após a conferência e aprovação pelo responsável pelo recebimento da Secretaria Municipal de Atenção à Saúde.

13.1.3 - O pagamento devido a Detentora será efetuado pela Prefeitura, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente após liquidação da entrega dos medicamentos, contados da data da liberação da nota fiscal pelo setor competente.

13.2 - Nenhum pagamento será efetuado à Detentora, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência na Ata de Registro de Preços.

13.3 - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa da Detentora, o prazo previsto no item 11.1.3 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

13.4 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1- As despesas decorrentes das aquisições desta Ata de Registro de Preços correrão por conta da dotação orçamentária do presente exercício e do exercício seguinte sendo aquelas descritas nas NAFS - Nota de Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - A Detentora da Ata de Registro de Preços será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações contidas nos incisos I a XII do artigo 155, da Lei Federal nº14.133/2021.

15.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas nos incisos I a IV, §1º incisos de I a V, §2,§3º,§4º, §5º,§6º,§7º,§8º e §9º do artigo 156 da Lei Federal nº14.133/21.

15.3 - O dispositivo contido no § 3º à sanção prevista no inciso II do artigo 156 será calculado na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 desta Lei.

15.4 - Estabelece o § 4º a sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 a aplicação ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.5 - § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS CONDIÇÕES GERAIS

16.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Anexo I -Termo de Referência do Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

16.2 - A Ata de Registro de Preços rege-se pelas disposições expressas regida pela Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº735, de 08 de novembro de 2021, ainda, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos.

16.3 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1-Fica eleito o foro da Comarca de Timóteo-MG, para dirimir as questões decorrentes deste instrumento ou de sua execução, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

17.2 - E, por justas e pactuadas as partes, assinam, a presente Ata de Registro Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Jaguaracú, de _____ de 2024.

Márcio Lima de Paula
Prefeito Municipal

Empresa contratada

Maria Aparecida Gonçalves
Pregoeira

De acordo: ____/____/____

Assessor Jurídico

Testemunhas:

Nome: _____ Ass: _____
CPF Nº _____

Nome: _____ Ass: _____
CPF Nº _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com percentuais iguais a adjudicatária:

FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS E REPRESENTANTES)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

FORNECEDOR(RAZÃO SOCIAL, CNPJ/MF, ENDEREÇO, CONTATOS E REPRESENTANTES)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PERCENTUAL DE DESCONTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE JAGUARACU E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DE JAGUARACU - MINAS GERAIS, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaracú - Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.816.522/0001-04, representado pelo seu Prefeito Municipal senhor Márcio Lima de Paula, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº038.460.956-21, doravante denominado CONTRATANTE, e do outro lado a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº _____, com sede na _____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, brasileiro(a), casado(a), documento de identidade nº _____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoa Física sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, em conformidade com o Processo Licitatório nº080/2024, sob a Modalidade: Pregão Eletrônico nº014/2024, Registro de Preços nº004/2024 e a Ata de Registro de Preços nº ____/2024, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

GESTÃO DO CONTRATO:

Esse contrato será gerido pela Secretaria Municipal de Atenção à Saúde, através da senhor Gelcimar Galdino Inácio.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Integram este Contrato:

- 1.1 - O Processo Licitatório nº080/2024, sob a Modalidade: Pregão Eletrônico nº014/2024.
- 1.2 - A proposta da Contratada, naquilo que não contrariar as disposições do ato convocatório.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente instrumento tem como objeto: A aquisição de medicamentos ÉTICOS, GENÉRICOS e SIMILARES do CATÁLOGO CMED-ANVISA, os quais serão adquiridos em parcelas de acordo com as necessidades a serem utilizados nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Jaguaracú-Minas Gerais, nos termos das especificações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBSERVÂNCIA DAS NORMAS TÉCNICAS

3.1 - A contratada obriga-se a entregar: Os medicamentos de acordo com exigências e especificações constantes do Termo de Referência e no Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

4.1- A contratante exercerá a fiscalização da entrega dos medicamentos, de acordo com a Proposta Comercial, Termo de Referência e as especificações contidas no Edital.

CLÁUSULA QUINTA - DOS ENCARGOS SOCIAIS

5.1- Assume a contratada inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato atendidas as condições previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES

6.1 - DO CONTRATANTE

- 6.1.1 - Emissão da nota de empenho a favor da contratada.
- 6.1.2 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no ajuste entre as partes.
- 6.1.3 - Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a entrega dos medicamentos, seja executada na forma estabelecida no Termo de Referência e NAF-Nota de Autorização de Fornecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

6.1.4 - Notificar, por escrito, a contratada quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento dos medicamentos.

6.1.5 - Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do fornecimento, bem como atestar o documento fiscal referente a entrega efetiva dos medicamentos.

6.1.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

6.1.7 - Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.

6.1.8 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a entrega efetiva dos medicamentos.

6.2 - DA CONTRATADA

6.2.1 - Entregar os medicamentos no prazo determinado, no lugar indicado e dentro das especificações contidas no Termo de Referência, em obediência às normas fiscalizadoras pela Anvisa.

6.2.2 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco na especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

6.2.3 - Substituir, sem ônus adicionais e no prazo máximo de 5(cinco) dias, contados a partir do recebimento e da comunicação formal desta administração, os medicamentos recusados.

6.2.4 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo contratante na execução do contrato, atendendo, com diligência, às determinações da Unidade Fiscalizadora, voltadas à regularização de faltas e correções verificadas.

6.2.5 - Notificar o contratante, por escrito, todas as ocorrências que porventura possam prejudicar ou embarçar o perfeito desempenho das atividades do fornecimento contratado.

6.2.6 - O medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificado, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela (ANVISA), e, com validade nunca inferior a 12 (doze) meses.

6.2.7 - Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação e habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

7.1 - O presente contrato terá prazo estabelecido dentro da vigência da Ata de Registro de Preços, a partir da data de sua assinatura, nos termos previstos no artigo 105 da Lei Federal nº14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DA ENTREGA

8.1 - A entrega dos medicamentos deverá ser no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento emitida pela Coordenadoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Jaguaracu, nas condições estipuladas neste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DO PERCENTUAL E DO REAJUSTE

9.1 - O instrumento contratual é no percentual de 00,00% (.....), e o preço proposto será o apresentando através do Catálogo CMED-ANVISA, no dia do pedido da NAF-Nota de Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 02.07.02 - 10.303.0008.2087 - Manutenção Bloco Farmácia Básica - 33.90.30.00 - Material de Consumo - Ficha 504 - Fonte: 1.500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

11.1.1 - A Contratada emitirá, no prazo estipulado na proposta, documento fiscal de cobrança, acompanhado de boleto bancário, que será encaminhado à Prefeitura Municipal de Jaguaracu.

11.1.2 - O pagamento será efetuado no prazo e condições, em moeda corrente do país, após a conferência pelo gestor do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

11.1.3 - O pagamento devido a Contratada será efetuado pela Prefeitura, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente após liquidação da entrega dos medicamentos, contados da data da liberação da nota fiscal pelo setor competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1- A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.2- Responderá a contratada, em relação a terceiros pelos danos que resultem de sua imperícia ou negligência e pela culpa de seus empregados, de acordo com os princípios gerais de responsabilidade, bem como é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais da execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

13.1- A rescisão contratual poderá ser:

13.1.1- Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a IX do art. 137 da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021;

13.1.2- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula décima sexta;

13.1.3- Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 137 da Lei Federal nº14.133/2021;

13.1.4- Em caso de rescisão prevista nos incisos V a VII do art. 137 da Lei Federal nº14.133/2021 sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido;

13.1.5- A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 138 acarretará as consequências previstas no art. 139, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO RECEBIMENTO

14.1- Para recebimento do objeto deste instrumento e aceita por ocasião da licitação de acordo com as especificações constantes na Proposta de Preços, Termo de Referência e no Edital.

14.2- Constatada a conformidade com o objeto e especificações no Termo de Referência será emitido o termo de recebimento dos medicamentos.

14.3 - Constatado que os produtos estão fora das especificações contidas no Termo de Referência, serão aplicadas as sanções previstas na cláusula décima sexta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VINCULAÇÃO A LEI E AO EDITAL

15.1- As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conformes com todas as disposições e regras atinentes a Contratos contidas na Lei nº14.133/2021, bem como com todas aquelas contidas no Edital de licitação, ainda que não estejam expressamente transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES

16.1 - A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações contidas nos incisos I a XII do artigo 155, da Lei Federal nº14.133/2021.

16.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas nos incisos I a IV, §1º incisos de I a V, §2, §3º, §4º, §5º, §6º, §7º, §8º e §9º do artigo 156 da Lei Federal nº14.133/21.

16.3 - O dispositivo contido no § 3º à sanção prevista no inciso II do artigo 156 será calculado na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 desta Lei.

16.4 - Estabelece o § 4º a sanção prevista no inciso III do caput do artigo 156 a aplicação ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARACU

ESTADO DE MINAS GERAIS

www.jaguaracu.mg.gov.br / licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br

16.5 - § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº14.133/2021 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do artigo 155 da Lei Federal nº14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - A parte que infringir os termos do presente Contrato, responderá por perdas e danos consoantes com o que for apurado, podendo ensejar até mesmo a sua imediata rescisão.

17.2 - Obrigam-se as partes, por si e sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou contratado, elegendo-se o foro da Comarca de Timóteo - Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato.

17.3 - Para os efeitos de direito valem para este Contrato a Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se para os casos omissos, os princípios gerais de direito.

E por estarem, assim, justas e contratadas, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, assinam as partes contratadas e as testemunhas para que surtam os efeitos jurídicos e legais.

Jaguaracú, de _____ de 2024.

Márcio Lima de Paula
Prefeito Municipal

Empresa contratada

Testemunhas:

Nome: _____ Ass: _____
CPF nº _____

Nome: _____ Ass: _____
CPF nº _____